

## Uma aposta na redução da qualificação científica e cultural dos nossos jovens

---

### REFORMA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Os últimos meses ficarão para a história como exemplos maiores de leviandade e de irresponsabilidade, no que às políticas educativas diz respeito. Milhares de professores excluídos dos concursos. Agrupamentos ilegais. Destacamentos irregulares. Aprovação de uma Lei de Bases exclusivamente pela maioria e agora vetada pelo Sr. Presidente da República.

Mas hoje pretendia reflectir convosco sobre a decisão do governo de publicar em fins de Março um decreto-lei que tem como objectivo reformar o ensino secundário, exactamente dois meses antes de a maioria aprovar uma nova LBE, que consagra um outro ensino secundário com outros objectivos.

Trapalhada. Ausência de respeito pelas famílias, pelos jovens e pelos professores. A reforma iniciou-se ilegalmente em Setembro de 2003. Os alunos do 10º ano foram sujeitos à maior trapalhada de que há memória no sistema educativo.

O Governo obrigou as escolas a leccionarem o 10º Ano de acordo com o figurino curricular em vigor e, simultaneamente, com os programas, de uma reforma ilegal que só o Ministério da Educação conhecia e que publicou, contrariando a Lei de Bases que posteriormente aprovou. Estas decisões autoritárias, estão a ocasionar enormes problemas às escolas e aos alunos.

Um só exemplo tornará explícita a desorientação que reina no Ministério da Educação.

Um aluno do 10º ano que está oficialmente inscrito nas disciplinas de Ciências da Terra e da Vida e em Técnicas Laboratoriais de Biologia não deu estes programas mas sim um outro, de Biologia.

No entanto, chegada a avaliação, o professor terá que descobrir duas notas para duas disciplinas, cujas matérias não foram leccionadas, porque de facto o programa que foi dado não tem desenho curricular que o sustente.

E porquê? Porque o Governo resolveu suspender a reforma curricular do partido socialista, sem tomar as imprescindíveis medidas que uma decisão desta natureza exigia.

Como os livros estavam a ser produzidos e as editoras cansadas de alterar programas, alargá-los e condensá-los, mudar nomes a disciplinas, o governo resolveu avançar com os programas e os livros e depois logo se veria. Esta foi a única razão.

Mas se este é o início de vida de uma reforma clandestina, tudo piora quando a reforma passa a ter existência legal. Quando da discussão da revisão do ensino secundário em Fevereiro de 2001, proposta pelo PS, o PSD afirmava que uma alteração desta natureza implicaria que o Governo *?tivesse procedido a uma avaliação séria da última reforma curricular e, em função dos seus resultados, introduzisse no regime legal apenas e só as medidas estritamente necessárias??*. Ora o que fez o governo do PSD-CDS/PP? Exactamente o mesmo de que acusou o PS. E as alterações que introduziu na reforma foram, exclusivamente, para agravar o que de mais negativo possuía o texto anterior.

O governo de coligação evidenciou uma confrangedora incompetência para aprender com os erros.

Dizia o PSD em 2001:

*?A matemática e as ciências deveriam ser alvo de atenção acrescida?. E o que fez o governo? Empobreceu a qualificação dos jovens. Passa a ser possível chegar ao Ensino Superior de Arquitectura sem uma disciplina estruturante como a Geometria Descritiva. Ao ensino Superior de Engenharia sem uma disciplina fundamental como a Física. Ao Ensino Superior de Medicina sem uma disciplina indispensável como a Química.*

É possível também que os alunos tenham acesso aos cursos Superiores de Ciências Sócio-económicas, sem nunca frequentarem a disciplina de Economia ou aos de Línguas e Literaturas, sem nunca frequentarem a disciplina de Literatura Portuguesa.

Dizia o PSD em 2001:

*?Todo o modelo de formação inicial e contínuo de professores deverá ser revisto previamente ao desenvolvimento de reformas dos currículos e dos programas, (?) sob pena de se pretender aplicar medidas (?) perdendo-se tempo e dinheiro e transformando-se os estudantes em simples cobaias?. E o que fez o governo de coligação? Não fez a formação inicial e contínua dos professores. Impôs programas aos alunos que contrariam o desenho curricular em vigor. Não atribuiu as horas necessárias às escolas para leccionarem os programas ?clandestinos?. Transformou as escolas, os professores e os alunos em cobaias da sua incompetência.*

Dizia o PSD em 2001:

*?Devem surgir novas disciplinas que curricularmente abordem de forma clara, sem complexos, com recursos humanos formados atempada e especialmente para o efeito, matérias como a educação sexual, a formação ambiental?? E o que fez agora o governo? Não há novas disciplinas que abordem a educação sexual porque o CDS e a sua Secretária de Estado não deixam.*

Dizia também o PSD em 2001:

*Recusamos todo e qualquer tipo de avaliação que responsabilize exclusivamente os alunos pelo insucesso educativo?. E o que fez o Governo de coligação? Aprovou o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano e, ao mesmo tempo, consagra em portaria as prescrições na escolaridade obrigatória, num claro fomento do abandono e insucesso escolares.*

*São graves e justas as críticas do Conselho Nacional de Educação que afirma no seu parecer que a qualidade do ensino e das aprendizagens não depende apenas de alterações curriculares e ainda menos de modificações dos planos de estudos? E acrescenta: Quando se esperava a fundamentação de uma reforma do ensino secundário?, restam-nos três textos soltos. E alerta ainda para a profusão semântica pouco rigorosa?, para as designações carregadas de equívocos?, para a ausência de precisões conceptuais? ou para a falta de clareza?.*

*É um documento exaustivo, que o Governo ignorou. Diz ainda o Conselho Nacional de Educação que com a proposta do Ministério da Educação haverá um empobrecimento de formação científica e cultural dos jovens?. A escolha do conjunto de cursos gerais (5) e tecnológicos (10) carece de qualquer fundamentação. Porquê estes e não outros??. Porque é que se (?) eliminam cursos tecnológicos em vigor (e com procura)? Não se percebe também como é que estas opções se inscrevem no referido modelo de desenvolvimento do país?.*

*E acerca do desaparecimento do Curso Tecnológico de Mecânica diz o Conselho: importa lembrar que a área da Mecânica tem fortes tradições no nosso ensino tecnológico e que existe um conjunto de sessenta escolas secundárias com competências para oferecer formação de qualidade nesta área. (?) não parece aconselhável desperdiçar estes recursos, e, por isso, o Conselho Nacional de Educação recomenda maior ponderação e uma revisão desta medida inexplicada de supressão do Curso Tecnológico de Mecânica?.*

*Portugal é, entre os países da União Europeia, aquele com mais baixo índice de escolarização da sua população com o nível secundário do ensino e de formação. Ora a reforma aprovada por este governo é um texto que aposta na redução da qualificação científica e cultural dos nossos jovens, que abre a porta à discriminação social e cultural, indiciando que há cursos de 1ª e 2ª qualidade e conseqüentemente barreiras ao prosseguimento de estudos. Por tudo isto o PCP propôs a cessação de vigência deste diploma que a maioria rejeitou.*